O GLOBO
Publicado em 09/01/2024 - 05:57

Poderes exaltam democracia, e Lula vê 'perdão como impunidade'

SEM 'PERDÃO'

CHEFES DOS TRÊS PODERES DEFENDEM DEMOCRACIA E PUNIÇÃO POR ATOS

Poderes alinhados. A partir da esquerda, Paulo Gonet, Rosa Weber, José Sarney, Luís Roberto Barroso, Lula, Rodrigo Pacheco, Alcolumbre e Alexandre de Moraes

SÉRGIO ROXO, JENNIFER GULARTE, MARIANA SANTOS, BRUNO COSTA, MARIANA MUNIZ, DANIEL GULLINO E GABRIEL SABÓIA
sergio@oglobo.com.br
BSB

Um ano após a tentativa de golpe simbolizada pela invasão e depredação das sedes dos três Poderes, autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário se reuniram ontem em defesa da democracia e cobraram punição exemplar aos executores, financiadores e mentores intelectuais da iniciativa que buscava o rompimento constitucional. Em um discurso com indiretas a Jair Bolsonaro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que não há "perdão" para quem atenta contra o regime democrático e o seu "próprio povo". Afrente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Alexandre de Moraes disse que as redes sociais foram instrumentalizadas, serviram de vetor para a disseminação de discurso de ódio e defendeu a regulamentação das plataformas.

Lula convocou o ato como uma tentativa de demonstrar "união nacional". Representantes dos três Poderes estiveram no Senado, mas governadores de oposição, como Tarcísio de Freitas (São Paulo), Cláudio Castro (Rio) e Romeu Zema (Minas Gerais), ignoraram o chamado (*leia mais na página 8*). O presidente defendeu punição para os envolvidos. Até o momento, o Supremo Tribunal Federal (STF) já condenou 30 pessoas, e outras 38 reconheceram os crimes e firmaram acordos que preveem, por exemplo, pagamento de multas. Ontem, houve mais uma prisão, na mais recente fase da Operação Lesa Pátria, levando o número de detidos a 71 (*mais detalhes na página 9*).

— Todos aqueles que financiaram, planejaram e executaram a tentativa de golpe devem ser exemplarmente punidos. Não há perdão para quem atenta contra a democracia, o seu país, seu próprio povo. O perdão soaria como impunidade. E a impunidade, como salvo-conduto para novos atos terroristas — afirmou Lula.

Sem citar Bolsonaro, o presidente disse que "liberdade não é autorização para espalhar mentiras sobre vacinas" e ironizou o fato de o adversário político ter criticado as urnas eletrônicas enquanto tem três filhos que são parlamentares e foram eleitos pelo sistema. O ex-presidente foi declarado inelegível por oito anos pelo TSE justamente em função de ataques infundados ao processo eleitoral brasileiro. Na pandemia de Covid-19, pôs em dúvida diversas vezes a eficácia da imunização, contrariando a ciência.

"MENTIRA FOI COMBUSTÍVEL"

Lula também responsabilizou as redes sociais pela escalada golpista. Mensagens convocando para a "festa da Selma", como o ato era chamado, circularam às vésperas do 8 de Janeiro e inflaram a movimentação. Os presidentes do STF, Luís Roberto Barroso, o da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), voltaram a defender recentemente novas regras para a atuação das plataformas.

— As mentiras, a desinformação e os discursos de ódio foram o combustível para o 8 de Janeiro. Nossa democracia estará sob constante ameaça, enquanto não formos firmes na regulação das redes sociais — acrescentou Lula.

Há um ano, Lula decretou intervenção na segurança do Distrito Federal para assumir o controle das forças policiais locais e conter a ação golpista. Outra hipótese em discussão na ocasião foi a publicação de um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), o que autorizaria as Forças Armadas a irem para as ruas. Essa possibilidade foi descartada pelo temor de se abrir uma porta para os militares assumirem o poder. Um dos interlocutores de Lula que lembrou o caminho de uma solução pela via civil foi Moraes, hoje relator das ações do 8 de Janeiro no STF. Ontem, ele também criticou o papel das plataformas, que, segundo ele, "nada fizeram para conter" o discurso de ódio e a proliferação de notícias falsas:

— Hoje também é o momento de olharmos para o futuro e de reafirmarmos a urgente necessidade de neutralização de um dos grandes perigos modernos à democracia: a instrumentalização das redes sociais pelo novo populismo digital extremista.

O presidente do TSE disse ainda que não se deve confundir pacom impunidade, sobre vacinas" e ironizou o fato de o adversário político ter criticado as urnas eletrônicas enquanto tem três filhos que são parlamentares e foram eleitos pelo sistema. O ex-presidente foi declarado inelegível por oito anos pelo TSE justamente em função de ataques infundados ao processo eleitoral brasileiro. Na pandemia de Covid-19, pôs em dúvida diversas vezes a eficácia da imunização, contrariando a ciência.

"MENTIRA FOI COMBUSTÍVEL"

Lula também responsabilizou as redes sociais pela escalada golpista. Mensagens convocando para a "festa da Selma", como o ato era chamado, circularam às vésperas do 8 de Janeiro e inflaram a movimentação. Os presidentes do STF, Luís Roberto Barroso, o da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), voltaram a defender recentemente novas regras para a atuação das plataformas.

— As mentiras, a desinformação e os discursos de ódio foram o combustível para o 8 de Janeiro. Nossa democracia estará sob constante ameaça, enquanto não formos firmes na regulação das redes sociais — acrescentou Lula.

Há um ano, Lula decretou intervenção na segurança do Distrito Federal para assumir o controle das forças policiais locais e conter a ação golpista. Outra hipótese em discussão

Símbolo. Exemplar gigante da Constituição instalado em frente ao Planalto

Presenças. A ministra do STF Cármen Lúcia e o ex-presidente Sarney

"Todos que financiaram, planejaram e executaram a tentativa de golpe devem ser exemplarmente punidos. Não há perdão para quem atenta contra a democracia, o seu país, seu próprio povo. O perdão soaria como impunidade. E a impunidade, como salvo-conduto para novos atos terroristas"

"As mentiras, a desinformação e os discursos de ódio foram o combustível para o 8 de janeiro. Nossa democracia estará sob constante ameaça, enquanto não formos firmes na regulação das redes sociais"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente

"Hoje também é o momento de olharmos para o futuro e de reafirmarmos a urgente necessidade de neutralização de um dos grandes perigos modernos à democracia: a instrumentalização das redes sociais pelo novo populismo digital extremista"

"Absolutamente todos que pactuaram covardemente com a quebra da democracia e a tentativa de instalação de um Estado de exceção serão devidamente investigados, processados e responsabilizados nas medidas de suas culpabilidades"

Alexandre de Moraes, ministro do STF e presidente do TSE

"Foi um ataque meticulosamente preparado. Já não há mais espaço na vida brasileira para quarteladas, quebras da legalidade constitucional ou descumprimento das regras do jogo"

"Tratar com condescendência o que aconteceu é dar um incentivo para que os derrotados da próxima eleição, sejam quem forem, também se sintam no direito de depredar os prédios das instituições públicas. Estamos aqui para evitar que isso aconteça de novo"

Luís Roberto Barroso, presidente do STF

"Os inimigos da democracia disseminam ódio para enganar e recrutar uma parcela da sociedade e usam um falso discurso político para ascender ao poder e nele se manter de maneira ilegítima. Estaremos sempre abertos ao debate, mas nunca toleraremos a violência, o golpismo e o desrespeito à vontade do povo"

"Sob premissas falsas, os golpistas desejavam invalidar o resultado das urnas. Para além dos prejuízos materiais (...), a turba de criminosos desrespeitou a vontade popular manifestada pelo voto. Isso é inacreditável"

Rodrigo Pacheco, presidente do Congresso

— Disseminam ódio para enganar e recrutar uma parcela da sociedade e usam um falso discurso político para ascender ao poder e nele se manterem na ilegitima. Estaremos sempre abertos ao debate, ao pluralismo e ao dissenso, mas nunca toleraremos a violência, o golpismo e o desrespeito à vontade do povo brasileiro.

"INVESTIDA AUTORITÁRIA"

Presidente do STF à época dos ataques, Rosa Weber participou dos eventos organizados ontem: a inauguração da exposição na Corte e o ato no Senado. No plenário do Supremo, afirmou que o 8 de Janeiro foi "ultrajante" e insuflado pelo "ódio" contra as instituições:

— Uma investida autoritária, espúria, obscurantista e ultrajante, insuflada pelo ódio e pela conagrenda ignorância contra as instituições democráticas. Esse sentimento de tristeza profunda, de desconsolo e de indignação se transformou paulatinamente em satisfação e em energia diretamente proporcionais diante da reação e da resistência das instituições democráticas.

No dia dos atos, Rosa se dirigiu à noite à sede do STF e afirmou que o plenário, duramente atacado pelos invasores, seria reconstruído a tempo do início do ato Judiciário, em fevereiro, o que de fato aconteceu. A previsão da Corte é concluir até abril o julgamento de 205 ações penais, a maioria delas relacionada aos executores.

— Atos de violência contra a democracia terão consequências penais. Deve ser visto como sinal de saúde da democracia que pessoas, não importa de que status social, venham a ser responsabilizadas pela prática de atos hostis ao regime político democrático — destacou o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Todos os oradores que precederam o presidente tiveram a inteligência e o cuidado de não citar Bolsonaro. Pesquisas nos dias anteriores, como a da Quaest, ou divulgadas ontem mesmo, como a do instituto Atlas, mostram que o repúdio ao 8 de Janeiro é generalizado na sociedade, mas a

Lula ajuda não a romper, mas a cristalizar a polarização

imputação de responsabilidades é algo ainda em disputa. E as narrativas se prestam justamente a atuar nesse terreno, que é o meio da polarização.

Nesse sentido, Lula joga contra o patrimônio dando pano para manga para aqueles que, cinicamente, tentam imputar às vítimas a responsabilidade por uma tentativa de golpe — sim, houve uma clara deliberação de se buscar uma ruptura institucional, e o outro mérito de efemérides é revisitar imagens, documentos e processos.

Ele ajuda, assim, não a romper, mas a cristalizar a polarização, para usar o termo que vem sendo usado na literatura internacional e, aqui, está bem explicado na obra recente de Félipe Nunes e Thomas Traumann, "Biografia do Abismo".

Esse risco de que a crônica descambasse para a partidarização, presente desde a concepção do ato e agravado pelo fato de o Planalto ter concentrado a sua organização, ajuda a explicar por que Arthur Lira decidiu de última hora não ir à cerimônia desta segunda. E ainda que pareça que Lula não ligou ou até gostou da ausência, ele deveria, de novo, dar alguns passos atrás e pensar que a democracia pode até ter escapado ileabalada, mas há um dia seguinte e ele pressupõe que haja governabilidade na Câmara.

Deveria acender um sinal amarelo no Planalto o fato de que não foi só o deputado alagoano a faltar ao ato, mas toda a cúpula da Câmara. Com a necessidade de regulamentação da reforma tributária, mais vetos indigestos na pauta e a contratiedade (comum ao Senado, aliás) com a MP da desoneração, qualquer ruído com o Legislativo agora é pedir um segundo ano de mandato mais complicado que o primeiro.

Passada a necessária rememoração da infâmia de 2023, o governo tem de ser extrapolico a ponto de deixar Bolsonaro e os bolsonaristas com a Justiça e a Polícia Federal e cuidar de remontar sua base para lá de engargada no Congresso. Isso vai requerer descer do palanque, engolir Lira e olhar para a frente.

ANÁLISE

Risco de politizar ato é que haverá o dia seguinte

VERA MAGALHÃES

Atos como o de ontem, para marcar efemérides históricas, sempre elas virtuosas ou infames, como o 8 de Janeiro, são benéficos para a História e educativos para a sociedade. Assim, lerdados em datas de grandes tragédias ou guerras, ou museus como o do Holocausto, o de Hiroshima ou de diferentes ditaduras mundo afora, têm o caráter de evitar que esses eventos sejam esquecidos, minimizados ou repetidos.

O grande problema é quando o caráter cívico e institucional desconcha para a partidarização, porque isso tima o objetivo e dá munição aos que tentam desvirtuar os fatos. A solenidade de ontem teve o mérito de se inscrever na primeira modalidade, mas teve momentos em que incorreu na armadilha da politização.

Foi Lula que, no último dos discursos, fornecera à oposição bolsonarista os recortes de que precisava para dizer que o ato era uma "celebração" petista à "badema" de um ano atrás, que, por sua vez, não teria nada a ver com Jair Bolsonaro. Ou seja: uma série de falsifica(ções) históricas que se valem dos detalhes para tentar confundir a opinião pública.

Todos os oradores que precederam o presidente tiveram a inteligência e o cuidado de não citar Bolsonaro. Pesquisas nos dias anteriores, como a da Quaest, ou divulgadas ontem mesmo, como a do instituto Atlas, mostram que o repúdio ao 8 de Janeiro é generalizado na sociedade, mas a

Lula ajuda não a romper, mas a cristalizar a polarização

imputação de responsabilidades é algo ainda em disputa. E as narrativas se prestam justamente a atuar nesse terreno, que é o meio da polarização.

Nesse sentido, Lula joga contra o patrimônio dando pano para manga para aqueles que, cinicamente, tentam imputar às vítimas a responsabilidade por uma tentativa de golpe — sim, houve uma clara deliberação de se buscar uma ruptura institucional, e o outro mérito de efemérides é revisitar imagens, documentos e processos.

Ele ajuda, assim, não a romper, mas a cristalizar a polarização, para usar o termo que vem sendo usado na literatura internacional e, aqui, está bem explicado na obra recente de Félipe Nunes e Thomas Traumann, "Biografia do Abismo".

Esse risco de que a crônica descambasse para a partidarização, presente desde a concepção do ato e agravado pelo fato de o Planalto ter concentrado a sua organização, ajuda a explicar por que Arthur Lira decidiu de última hora não ir à cerimônia desta segunda. E ainda que pareça que Lula não ligou ou até gostou da ausência, ele deveria, de novo, dar alguns passos atrás e pensar que a democracia pode até ter escapado ileabalada, mas há um dia seguinte e ele pressupõe que haja governabilidade na Câmara.

Deveria acender um sinal amarelo no Planalto o fato de que não foi só o deputado alagoano a faltar ao ato, mas toda a cúpula da Câmara. Com a necessidade de regulamentação da reforma tributária, mais vetos indigestos na pauta e a contratiedade (comum ao Senado, aliás) com a MP da desoneração, qualquer ruído com o Legislativo agora é pedir um segundo ano de mandato mais complicado que o primeiro.

Passada a necessária rememoração da infâmia de 2023, o governo tem de ser extrapolico a ponto de deixar Bolsonaro e os bolsonaristas com a Justiça e a Polícia Federal e cuidar de remontar sua base para lá de engargada no Congresso. Isso vai requerer descer do palanque, engolir Lira e olhar para a frente.

ANÁLISE

Bolsonaro é sujeito oculto dos discursos de Moraes e Lula

MALU GASPAR E JOHANNS ELLER

Embora não tenham mencionado diretamente Jair Bolsonaro em seus discursos, tanto Lula quanto Alexandre de Moraes procuraram deixar claro em suas falas, no ato realizado no Congresso Nacional para lembrar o 8 de Janeiro, que não desistiram de responsabilizar o ex-presidente da República por seu envolvimento nos atos golpistas.

Moraes disse que "não haverá impunidade, apaziguamento ou esquecimento" aos envolvidos na trama golpista, e que "não haverá qualquer tipo de anistia aos personagens envolvidos nos ataques".

Já Lula afirmou que "não haverá perdão para quem atenta contra a democracia, seu país e contra seu próprio povo", em um discurso em que falou o tempo todo do antecessor.

Adversários políticos e autoridades constituídas poderiam ser fuziladas ou enforcadas em praça pública, a julgar por aquilo que se entendeu da prática de atos hostis ao regime político democrático — destacou o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

E se por um lado o tom adotado pelos dois principais antagonistas de Bolsonaro demonstra que não haverá trégua para a extrema direita nem na Justiça nem no Executivo, também demonstra o quanto a missão é complexa. Afinal, um ano depois, continuam sem resposta as questões mais

Ex-presidente até hoje não sofreu nenhuma acusação formal pelo 8 de Janeiro

importantes: quem planejou, quem pagou e quem coordenou a estratégia que levou à invasão das sedes dos três Poderes.

Desde o 8 de Janeiro, já foram denunciadas 1.413 pessoas, e 66 continuam presas. Mas os quatro inquéritos que Alexandre de Moraes comanda no Supremo ainda não tiveram desfecho, e apenas um financiador, um empresário do Paraná que desembolsou R$ 60 mil, foi denunciado.

Moraes e Lula sabem que a democra em chegar a uma cúpula, seja ela militar ou civil, passa a impressão aos golpistas de que só os bagrinhos realmente sofrerão as consequências. Mesmo porque, apesar de estar inelegível, Jair Bolsonaro até hoje não sofreu nenhuma acusação formal pelo que aconteceu em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023.

Não foi à toa, portanto, a afirmação de Moraes de que "ignorar tão grave atentado à democracia e ao Estado de Direito seria equivalente a encorajar grupos extremistas à prática de novos atos criminosos e golpistas". Lula também foi nessa toada ao dizer que "o perdão soaria como impunidade. E a impunidade, como salvo-conduto para novos atos terroristas".

Disso, aliás, ninguém discorda. Se os cabeças do ato de terror que se deu em Brasília continuarem por aí à solta, se enchendo de razão ao protestar contra inquéritos secretos e intermináveis que não chegam a lugar algum, o risco de uma nova conjunção infame de fatores acabar em mais tumulto aumenta.

E apesar da ênfase dada à necessidade de uma regulação apropriada para as redes sociais que ajude a evitar novas ondas de desinformação, fake news e ataques virulentos à democracia, no fundo tanto Lula quanto Moraes sabem que os antídotos para o golpismo e suas variáveis já existem. Eles estão na Constituição e no Código Penal. Basta usá-los corretamente.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Pagina:** 4 e 5

Copyright © Clipclap 2026.